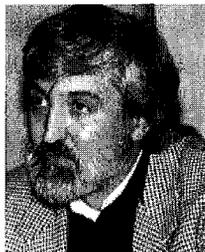


Do Local ao Nacional. As Figurações da Memória e a sua Lógica Social



*Moisés de Lemos Martins**

Estudioso que sou da noção de identidade em várias das suas utilizações (local, regional e nacional), é com grande júbilo pessoal que participo nos trabalhos deste Congresso. Tenho-me ocupado de várias utilizações de noção de identidade, fazendo trabalho de sociólogo. Mas o olhar do sociólogo, que eu sou, cruza-se com o olhar do historiador, que é o olhar que este congresso privilegia. Utilizando uma fórmula de efeito, eu diria mesmo que o sociólogo faz a história do presente.

Por opção pessoal, sou um sociólogo que interroga sobretudo as representações sociais, e não tanto as estruturas. Sei, no entanto, que a história das comunidades humanas é feita, tanto de representações, como de estruturas. O que não quer dizer que as estruturas sociais sejam a realidade concreta da vida das comunidades humanas e que as representações não passem de uma falsa imagem da realidade - a sua imagem invertida, ilusória, alienada. De modo nenhum as representações sociais têm, pois, apenas a realidade de uma qualquer superestrutura. Com efeito, os sistemas simbólicos de uma comunidade, ou por outra, o seu imaginário colectivo (religião, língua, folclore, mitos, ritos e ícones), são o incessante trabalho através do qual as comunidades humanas se constituem e simultaneamente dão conta da sua existência.

Toda a história é trabalho de memória colectiva e sobre a memória colectiva. Por sensibilidade pessoal e escolha científica, prefiro interrogar a dinâmica social da memória, o seu movimento, os processos e as relações sociais que a constituem.

* **Moisés de Lemos Martins**, professor catedrático da Universidade do Minho, presidente do Instituto de Ciências Sociais.

diano e fantástico são a dupla face de uma mesma realidade. É, de facto, na vida quotidiana, nas actividades da vida quotidiana, que as comunidades humanas provam a sua autenticidade. Ao misturarem em permanência, pela actividade efabulatória, ou seja, pela actividade simbólica, o passado, o presente e o futuro delas mesmas, as comunidades humanas provam de facto a sua autenticidade.

Falei da constituição da nossa memória histórica. Ao fazê-lo, interpretei-a como estrutura e como representação, como coisa (no sentido de relações sociais reificadas, no sentido de instituição) e como corpo (no sentido em que o corpo é movimento), isto é, interpretei-a como estática e como dinâmica, interpretei-a, portanto, como tradição e como prospectiva. Disse que estes dinamismos de que é feita a memória histórica de todas as comunidades a constituem como uma realidade complexa e paradoxal. A memória histórica é simultaneamente factor de resistência cultural (porque é coisa estabelecida), possibilidade de abertura cultural (porque é movimento e prospectiva) e condição de autenticidade cultural (porque conjuga em permanência o passado, o presente e o futuro de uma comunidade).

Acontece, no entanto, que a memória histórica é hoje expressão de uma experiência da identidade que não se revê já na imagem de uma realidade estável, fixa e permanente. A identidade do homem contemporâneo é uma realidade inextricavelmente associada, tanto à experiência da construção do mundo, como à experiência da sua oscilação, pluralidade e erosão. Vivemos hoje a experiência de uma realidade fragmentada, fecundada por uma condição translocal. E talvez resida aqui o aspecto mais característico da memória histórica das nossas comunidades locais, regionais ou nacionais. A memória histórica participa, é um facto, desta condição fragmentária e translocal, vivida a todos os níveis da nossa existência, a de uma realidade heterogénea (localista) e específica, e simultaneamente homogénea (cosmopolita) e global.

Esta característica da nossa memória histórica, que é expressão de uma condição fragmentária e translocal, é bem ilustrada pelas autarquias locais, a três níveis. A um primeiro nível, a autarquia interpreta a tensão necessária entre *regionalização* (dinamismos sociais descendentes, exógenos) e *regionalismo* (dinamismos sociais ascendentes, endógenos), e ao fazê-lo assegura uma função de resistência cultural, trabalhando assim para a constituição na comunidade de uma memória histórica de resistência. A um segundo nível, a autarquia interpreta também a tensão entre *cosmopolitismo* e *bairrismo*, e ao fazê-lo desempenha uma função de abertura cultural, trabalhando deste modo para a constituição na comunidade de uma memória histórica de abertura. A um terceiro nível, a autarquia interpreta a tensão

entre *individualismo* (tecnocrático) e *associativismo*, e ao fazê-lo exerce uma função que permite à comunidade exprimir-se autenticamente, e trabalha nesse sentido para a constituição na comunidade de uma memória histórica de autenticidade.

Apenas algumas notas para caracterizar cada um dos níveis enunciados.

1. Referi que a autarquia interpreta a tensão necessária entre regionalização e regionalismo, e que ao fazê-lo concorre para a constituição na comunidade de uma memória histórica de resistência cultural. A autarquia é, com efeito, uma expressão de vontade local, mas é também uma consequência da política de racionalização da estrutura administrativa do estado central.

A função de resistência que os municípios podem exercer está directamente associada à luta por uma efectiva descentralização, ou seja, à luta pela democracia descentralizada, que exige competências materiais e recursos financeiros, e também à luta pela democracia cultural.

Joga-se assim, na concretização desta função, a consistência política do Estado autárquico (embora local, as autarquias também são Estado). Com efeito, a consistência política do Estado local está directamente associada à sua capacidade de financiamento, autonomia financeira e liderança de acções de desenvolvimento local. Numa palavra, a consistência política das autarquias locais joga-se na sua capacidade de decisão.

Esta função de resistência cultural exercida pelos municípios está associada, por outro lado, ao fomento de actividades culturais de cariz patrimonial, com incidência na atenção ao folclore, à monumentalidade e à renovação dos centros históricos, ainda que a insistência em acções marcadamente tradicionais possa significar, na presente conjuntura autárquica, de uma ainda comprovada fragilidade de poder, apenas um refúgio, talvez o refúgio possível e o refúgio com menos riscos.

2. Assinalei também que a autarquia interpreta a tensão entre cosmopolitismo e bairrismo, e que ao fazê-lo concorre para a constituição de uma memória histórica de abertura cultural. Com efeito, é hoje uma realidade das autarquias a necessidade de elas gerirem a tensão existente entre uma vontade cosmopolita, por um lado, representada pelos técnicos municipais, pela tecnocracia local (engenheiros, empresários, planificadores e juristas) e pelos actores culturais (artistas, autores e difusores), e, por outro lado, uma vontade de identificação e de enraizamento local.

O cosmopolitismo, concebido como desenraizamento, é também uma possibilidade de emancipação, uma possibilidade de libertação do fetichismo etnocêntrico, o que quer dizer, uma possibilidade de libertação do terror da *doxa* localista, do terror de bairrismos exacerbados. A partir de espaço-tempo local, o cosmopolitismo

pode projectar no mundo a acção humana. Ou seja, as culturas locais tendem a ser tanto mais livres quanto mais multiplicarem entre si e com o resto do mundo as conexões concretas.

Deste modo, o cosmopolitismo é uma verdadeira reinterpretação da vida da comunidade. E a autarquia local pode servir esta abertura cultural, através de uma estratégia centrada na comunicação, que faça confluir dinamismos sociais ascendentes (localistas) com processos sociais descendentes (cosmopolitas).

3. Por último, insisti no facto de a autarquia interpretar a tensão existente entre o individualismo (tecnocrático) e o associativismo, e que ao fazê-lo concorria para a constituição de uma memória histórica de autenticidade. Por individualismo tecnocrático entendo a acção daqueles que trabalham na promoção de modelos onde têm papel de maior relevo a eficácia, a rentabilidade, a performance, o cosmopolitismo. É a acção desenvolvida sobretudo por empresários, engenheiros, juristas, economistas e planificadores. Por outro lado, denomino acção associativa a reivindicação de finalidades mais humanas para o progresso e a elaboração de projectos de sociedade onde a autonomia, a identidade, o local, o particular, a diferença e o subjectivo ocupem um lugar de eleição. Tenho em mente redes bastante informais e flutuantes de associações, movimentos e actores sociais individuais.

Esta função autárquica de facilitação da expressão autêntica das comunidades pode ser exercida quando as autarquias abrem os seus quadros técnicos não apenas a engenheiros, arquitectos, juristas, economistas e especialistas em administração pública, mas também quando os abrem a sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais e geógrafos, enfim, a profissionais de todas as ciências sociais.

As autarquias facilitam a expressão autêntica das comunidades ao generalizarem uma opção, que está ainda longe de ser maioritária, mas que pode dar lugar a uma via alternativa para o desenvolvimento, e que se traduz no aproveitamento de sinergias locais espontâneas, ou então induzidas através de programas específicos (Programas comunitários como Leda, Leader, Pobreza III, etc.). Esta via alternativa para o desenvolvimento traduz-se também num maior empenhamento naquilo que se chama a “animação local” e no aproveitamento de potencial cultural que os agentes de desenvolvimento representam. Com efeito, as autarquias facilitam a expressão autêntica das comunidades locais ao manifestarem uma preocupação crescente com a criação de emprego, com a fixação da população e de recursos humanos, com a inversão da tendência para a terciarização, que ameaça constituir, nalguns casos, a única componente de desenvolvimento local.

Esta função autárquica de facilitação da expressão autêntica das comunidades locais passa ainda por outras preocupações. Passa, por exemplo, por uma exigência de qualidade no desenvolvimento. Esta exigência obriga à escolha de soluções para os problemas que salvaguardem as suas implicações ecológicas, ambientais, sociais e culturais. Trata-se de uma obrigação a ser respeitada nas mais diversas circunstâncias: do desenho de uma praça ou dos caminhos municipais ao tratamento de esgotos e à localização de um bairro ou de uma área industrial, da escolha de tipos de casas que respeitem o “génie du lieu” e o modo de vida dos futuros habitantes, ao dimensionamento e à arquitectura de um centro cultural ou de um equipamento desportivo.

E eu termino rapidamente o meu ponto de vista sobre as figurações da nossa memória histórica. Expressão de uma condição fragmentária e translocal, ela está inextricavelmente associada à experiência da construção do mundo e, do mesmo modo, à experiência da sua oscilação, pluralidade e erosão. Nestas circunstâncias, ela é hoje a realidade complexa e paradoxal que conhecemos: um factor de resistência cultural, uma possibilidade de abertura cultural e a condição de autenticidade cultural das comunidades.